

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO: AÇÕES PÚBLICAS, SOLIDARIEDADES E CONSTRUÇÃO DE UMA CAUSA

Jesus Marmanillo Pereira¹

RESUMO

Pretendemos discorrer sobre as políticas públicas de habitação em São Luís-MA, atentando para aspectos relacionados à conjuntura histórica e à sua influência sobre o desenvolvimento de solidariedades necessárias para os processos de ações públicas. Para tanto nos valem das contribuições teóricas de autores como Durkheim (1989), Laville, França Filhos (2006), Gonçalves (2009) entre outros que nos auxiliaram a compreender a importância dos processos associativos na construção de causas sociais. Nesse recorte, buscamos problematizar a forma como as reivindicações por moradia podem ser compreendidas tanto por meio das variáveis contextuais, quanto dos processos de integração e desintegração dos indivíduos nas causas coletivas. Trata-se, assim de um esforço de se pensar, entre outras coisas, no diálogo entre a sociologia clássica e os estudos contemporâneos sobre movimentos sociais.

Palavras-chave: Conjuntura histórica. Solidariedade. Ações públicas.

ABSTRACT

We intend to discuss public housing policies in São Luís-MA, focusing on aspects related to the historical context and its influence on the development of the necessary solidarities for the public action processes. For this we use the theoretical contributions of authors such as Durkheim (1989), Laville, França Filhos (2006), Gonçalves (2009) among others who helped us to understand the importance of associative processes in the construction of social causes. In this section, we seek to problematize the way in which the demands for housing can be understood both through contextual variables and the processes of integration and disintegration of individuals into collective causes. It is thus an attempt to think, among other things, in the dialogue between classical sociology and contemporary studies on social movements.

Key words: Historical conjuncture. Solidarity. Public actions.

INTRODUÇÃO

Para além de quaisquer definições, tanto as políticas públicas quanto os movimentos sociais de reivindicação podem ser avaliados enquanto *processos sociais*, ou seja, há problemas sociais que seguem dinâmicas orientadas pela relação entre os atores, entre si, em determinados contextos históricos.

Uma noção bastante útil que pode ser pensada por essa perspectiva processual é a de *ação pública*, que significa qualquer atividade referenciada a um determinado bem comum,

¹ Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB). Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Coordenador do Laboratório de Estudos Sobre Cidades e Imagens (LAEPCI). E-mail: jesusmarmanillo@hotmail.com

manifestada por meio das atividades de cidadãos que possuam pretensões relativas à vida do coletivo (Laborier e D. Tron, 2003 apud Laville, França Filho et al., 2006).

Segundo Laville e França Filho (2006), ao tomar as *ações públicas* por meio de uma perspectiva histórica associada à análise das atividades desenvolvidas pelos atores, é possível desnaturalizá-las, buscando assim uma Sociologia da ação pública focada nos fatores importantes para o desenvolvimento dessas ações por meio do desenvolvimento de solidariedades² relacionadas à auto-organização da sociedade civil.

Seguindo essa orientação, pretendemos discorrer sobre aspectos relacionados à formação de políticas públicas de habitação em São Luís-MA durante a década de 1980. Para tanto, analisamos aspectos históricos e sociais importantes no processo de formação de solidariedade e, portanto, fundamentais no processo de formação de grupos reivindicatórios e na compreensão da construção de uma causa.

Vale ressaltar que, por políticas públicas, entendemos uma forma de articulação ou intervenção da sociedade que surge como resposta a determinadas pressões sociais, que é capaz de articular diferentes sujeitos (diversidade de interesses e expectativas) e promover mudança social (SILVA e SILVA, 2008). Nesse sentido, a noção de solidariedade é fundamental para a compreensão das articulações e formas de criação de identidades em relação à busca de reivindicações e objetivos comuns.

O presente artigo está organizado em três partes, nas quais serão abordadas a interdependência entre os aspectos históricos, a precarização dos serviços urbanos e a relação entre identidade social e associativismo. Teoricamente, lançamos mão de conceitos trabalhados por França Filho e Laville (2006), Faoro (2000) e Ozanira Silva e Silva (1990) entre outros. Empiricamente, valemo-nos de fontes estatísticas do IBGE, jornais da época e bibliografias afins.

1. FATORES ESTRUTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA SOCIAL

A análise das políticas de habitação em São Luís não pode ser dissociada do quadro geral da política urbana brasileira, a qual, a partir de 1964, teve como principais sustentáculos

² As experiências associativas e cooperativistas em geral são marcadas por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno, mas, ao mesmo tempo, abertas ao espaço público, isto é, estão voltadas para o enfrentamento de problemáticas públicas locais. Essas parecem constituir uma primeira característica central que marca o fenômeno da economia solidária. (p. 98)

o Banco Nacional de Habitação – BNH³ e o Sistema Federal de Habitação, criados pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Entre os fatores determinantes para a criação de uma política habitacional urbana, destacou-se o expressivo êxodo rural da época e, conseqüentemente, o agravamento das já precárias condições de habitação nas cidades, ou seja, o aumento da população urbana foi um ponto crucial para a emergência de políticas mais arrojadas voltadas a essa questão.

Nesse sentido, vale ressaltar que, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de urbanização do estado do Maranhão passou de 68,8 % durante a década de 1960 para 162,2 % em 1970. Em São Luís, entre 1960 e 1970, a população aumentou, passando de 160 mil habitantes para 247 mil; em 1980, o número de habitantes se aproximava dos 500 mil, representando um aumento de quase 200% em relação aos anos de 1960. De 1980 para 1990, houve um aumento de 169.00 habitantes, aproximadamente 32%.

Entender esse aumento significa perceber a forma como o sistema econômico mundial se fez presente no Maranhão e em São Luís através dos grandes projetos de exploração mineral e do interesse de grandes empresas nas áreas interioranas. Assim, a noção mais comum de terra como meio de subsistência, adotada pelos pequenos proprietários rurais, perde espaço para a ideia de terra como mercadoria dotada de valor econômico e especulativo, visada pelos empresários tanto no campo quanto na cidade.

Desse modo, entre os fatores que contribuíram para a desapropriação do homem no campo e o aumento da população em São Luís, podemos destacar o avanço do capitalismo no campo, apoiado com financiamentos estatais através de órgãos como SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), nos termos da Lei nº 2.978⁴. Através da política dos chamados *grandes projetos* e da construção da BR 316, as terras interioranas foram valorizadas, influenciando o maior interesse dos grandes empresários em angariá-las e, conseqüentemente, gerando conflito pela posse da terra entre pequenos (moradores seculares das terras) e grandes proprietários. Em muitos casos, esses pequenos proprietários detinham a posse secular das terras que ocupavam, mas não possuíam documentos de propriedade;

³ O BNH contava com 25% dos recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, de Letras imobiliárias negociadas no mercado financeiro e das cadernetas de poupança.

⁴ Lei nº 2.978, regulada pelo Decreto nº 4.028, de 28 de novembro de 1969, que faculta a venda de terras devolutas do Estado, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas que, em número limitado de sócios, poderiam requerer até 3.000 hectares de terra, facilitando e institucionalizando a grilagem (SILVA, 1990, p.08).

enquanto os grandes proprietários não detinham a posse e muitas vezes obtinham os documentos de modo questionável.

Para amenizar os conflitos entre pequenos e grandes proprietários, o governo criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), em 1972, que objetivava destinar as terras disponíveis para as populações camponesas presentes nas áreas de conflito entre posseiros e grileiros. Contudo, para Gisterlink (1988, p.139), nesse projeto estatal, destacou-se uma tendência de favorecimento ao setor declarado pecuário, pertencente a grandes empresas.

Expulsos do campo, os camponeses não encontravam melhor sorte nas cidades, onde também eram objeto de exclusão e desamparo. Esse processo de expropriação dos camponeses e sua exclusão dos serviços urbanos caracterizava uma violência social, no sentido de negação de condições básicas para a existência humana, e contribuiu para o crescimento populacional e, conseqüentemente, habitacional sobre o solo urbano.

Além disso, o dinamismo da configuração social e espacial de São Luís foi muito influenciado pela indústria. Segundo Costa (2005, p.14), na década de oitenta, ocorreu a implantação de projetos industriais como o programa Grande Carajás (Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) e o complexo de beneficiamento de alumínio e alumina, da ALUMAR, ambos instalados no recém-construído Distrito Industrial da capital, em 1980. Essas indústrias provocaram grande impacto ambiental e demográfico, principalmente pelo fato de ter sido entregue para a CVRD, em 1974, uma área de 3.000ha, na região do bairro do Anjo da Guarda, privilegiando essa empresa com as praias do Boqueirão e dos Pescadores, importantes fontes de subsistência para a população local. Além disso, sem resolver os problemas habitacionais causados pela doação para as empresas dessas terras já ocupadas, também foram doadas, cinco anos depois, mais de 10.000ha localizados entre o Maracanã e a Estiva para o consórcio ALCOA Billington-Shell (proprietários da ALUMAR), deixando mais de 4.000 famílias sem condições de moradia e de gerar o próprio sustento (Ibid. p.32).]

É importante não perder de vista que o período de 1964 a 1985 corresponde a um momento de ampliação do capitalismo industrial no Brasil, no qual o Regime Militar priorizou políticas econômicas afinadas à velha tese de que “primeiramente é necessário que o bolo cresça para depois reparti-lo”. A situação do incentivo à indústria em detrimento da garantia das condições trabalho e de alimentos para a população mais carente (como as comunidades expropriadas pela CVRD) parece representar bem esse ideal de crescimento (autoritário) que priorizou o aspecto econômico em detrimento do social.

No Maranhão, a influência dos chamados grandes projetos, mesmo tendo seu impacto maior e mais direto sobre a cidade de São Luís, estendeu-se ao longo da linha de Ferro Carajás, pois agregava valor especulativo à terra do entorno da ferrovia, contribuindo para a cobiça dos latifundiários e a expulsão dos camponeses. A respeito desses impactos, Gisterlink (1988 p. 139) expõe:

A implantação da Ferrovia e das Indústrias valoriza também em muito as terras. Em consequência disso, o pequeno agricultor vive a tentação de vender a sua posse por um bom preço, saindo do sufoco pelo menos por alguns meses. Com a terra valorizada, é mais difícil também para o lavrador sem terra arrendar a terra. (...) O grande capital vem acompanhando a implementação da infraestrutura viária e de energia e vai comprando terras para projetos de carvão vegetal ou de agropecuária e para a especulação imobiliária.

O esforço de aquisição das terras por grandes empresários, através da denominada *grilagem*⁵ ou por favorecimentos estatais, representou a ação direta do capital internacional sobre as terras centrais e interioranas do Maranhão.

Fosse pela via da indústria ou da agropecuária, a visão de modernização do campo produtivo, defendida nos investimentos da SUDAM e SUDENE, atribuiu à terra um valor especulativo modificador das relações de produção e das configurações espaciais e sociais. Tal modernização também caracteriza um tipo de capitalismo politicamente orientado (FAORO, 2000) marcado pela intervenção estatal como importante delimitadora do ideal de “campo produtivo” com vistas ao mercado externo.

2. PRECARIZAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

Todas essas mudanças estruturais acarretaram um aumento populacional na capital, São Luís. Segundo o IBGE (2000), houve, entre as décadas de 1970 e 1990, um aumento populacional de 162%, dos quais 20% ocorreram nas áreas urbanas centrais da cidade. Esse crescimento significou 41.875 novos habitantes que demandavam serviços urbanos.

Nesse sentido, vale ressaltar que dos 42.311 domicílios existentes em São Luís, apenas 13.116 possuíam instalações adequadas de esgoto na década de 1970 e que, por mais que esse serviço básico tenha se expandido, na década de 1990, ainda deixava de abastecer 44,4% dos

⁵. Segundo Trovão (1989, p.89), a grilagem é o modo de apossamento ilegítimo de terras alheias, devolutas ou ocupadas, com o objetivo de especulação, isto é, terra tomada como mercadoria e reserva de valor. Nos conflitos nos quais há grilagem, a violência física se faz presente principalmente exercida pelos “jaguços”.

domicílios. Quanto ao tipo de edificações⁶ (construções precárias ou de materiais duráveis)⁷, os números indicam que cerca de 40% podiam ser considerados *rústicos*, ou seja, eram frágeis, de materiais perecíveis e que desmoronavam quando expostos às mais leves intempéries, em suma, habitações arriscadas. O aglomerado dessas habitações é conhecido como favelas ou palafitas. Segundo Gisterlink (1988, p.33), “em cada 100 famílias de São Luís, 45 moravam em favelas e invasões na periferia dos bairros populares do Centro, em moradias precárias, sem esgoto e, muitas vezes, sem água potável”.

Além de todas essas características de precariedade, ainda era comum observar, na imprensa escrita da época, reportagens sobre conflitos entre moradores, grileiros e pretensos donos em torno da propriedade dos terrenos urbanos de São Luís. Títulos como “Tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo” (Jornal Pequeno, 8/05/1981) e “Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta” (Jornal Pequeno, 25/05) eram comuns nas primeiras páginas⁸.

Entre outras coisas, podemos dizer que o contexto e as variáveis quantitativas, expressas nos aumentos numéricos, ocasionaram significativas mudanças no *modo de vida* (WIRTH, 1987), pois a densidade demográfica e as diferentes formas de inserção nas divisões de trabalho produzidas na cidade (heterogeneidade) influenciam fortemente os laços sociais e, por consequência, os *modos de vida* que são produzidos sobre essas variáveis.

A carência de serviços urbanos básicos para a população recém-chegada possibilitou um quadro de *precarização social*, uma vez que, na ausência de políticas públicas que sanassem, de modo eficaz, as necessidades dessa população, a carência pode direcionar os indivíduos para uma crescente individualização que, por sua vez, implica a interiorização do princípio de responsabilidade individual⁹ (LE LAY, 2007 *apud* ROSENFELD, 2010).

⁶Ao se referir à ocupação de novas áreas, temos a informação de que “a notícia da ocupação corria de boca-em-boca. Em pouco tempo, centenas de pessoas se dirigem para o local. Lança-se mão de todos os expedientes possíveis para conseguir terreno: uns simplesmente invadem, alguns poucos conseguem lotes pela prefeitura, outros comprando de outrem ou, ainda, ganhando de parentes e conhecidos. Estes atos isolados resultam num quadro impressionante: barracos surgindo do nada, ruas abertas em poucas horas, em ritmo de mutirão, um bairro inteiro surgindo da noite para o dia” (MOTA 1990, p.32).

⁷Segundo o IBGE (2000), consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídas de materiais duráveis – laje de concreto, telha de barro, zinco e madeira são considerados materiais duráveis para cobertura e, no caso da parede, são assim consideradas a alvenaria e a madeira aparelhada.

⁸ Na imprensa local (O Estado do Maranhão 06/12/77), obtivemos a informação de que o Bairro São Francisco, às vésperas de um despejo em 1977, contava com 84 casas que abrigavam mais de 200 famílias.

⁹Nesse processo de individualização, o ator adere às normas comportamentais e aos valores esperados para que se torne senhor do seu destino. A fragilização dos laços sociais decorrente da individualização, preconizada como autonomia, constitui-se, a nosso ver, como um processo de precarização, pois, na medida em que os indivíduos se responsabilizam por suas diferentes formas de inserção social e tomam essa responsabilização como um ato voluntário, é preciso aderir a um sistema de justificação que permita se perceber como livre e autônomo (Rosenfeld, p.1,2010).

Alguns estudos como o de Mota (1990), que trata especificamente da ocupação ocorrida na área do bairro do Coroadinho durante a década de 1970, apontam esse processo de individualização, através da chamada *indústria da invasão*, ou seja, quando as pessoas que adquiriam terrenos, os vendiam e depois adquiriram novos terrenos para venda. Através de relatório¹⁰ de campo elaborado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), também obtivemos informação sobre conflitos ocorridos entre moradores da área Itaqui-Bacanga, que compreende os bairros do Anjo da Guarda, Sá Viana, Vila Embratel etc. No geral, os conflitos ocorriam devido a enfrentamentos por recursos locais que iam desde terrenos melhor localizados e equipados até a disputa política por postos junto às associações, como observa PEREIRA (2010, p.50)

Enfim, tem-se um contexto em que a percepção em torno das associações, de um modo geral, combinava sentidos atribuídos pela maioria dos moradores como uma forma de obtenção de recursos materiais e serviços almejados, antes mesmo da imigração; para lideranças dos próprios bairros, tem-se a disputa pela ocupação do posto atrelada às vantagens de retribuições simbólicas e materiais; para os setores progressistas de igrejas e ONGs (após 1970), havia um sentido moral e pragmático, de conscientização e luta por direitos. A primeira e a segunda percepções são relacionadas ao fato de que, quem estivesse no controle dessa organização, detinha influência e capacidade de obter recursos materiais através de relações externas estabelecidas com políticos.

Segundo a citação, as percepções em torno de aparelhos de reivindicação coletiva podem ser interpretadas por meio das retribuições individuais dadas a quem possuísse as posições privilegiadas de mediação (entre comunidades locais e agentes externos). Entre outras coisas, os processos de precarização e, conseqüentemente, individualização associados a tais percepções sinalizavam um entrave para a construção de identidades coletivas e produção de solidariedade, pois se colocavam como um primeiro obstáculo nos processos de ações públicas e na luta pela produção de políticas públicas.

As características de individualismo podem ser pensadas e interpretadas, de forma modesta, por meio de alguns pontos do esquema explicativo de Robert Castels (1988), uma vez que a vulnerabilidade social dos indivíduos pode acarretar um processo de desfiliação nocivo às formas associativas e ao conjunto de relações sociais particulares, constitutivas da sociedade, nas quais os indivíduos se integram. Nesse sentido, percebemos que a questão da “*integração*”, seja pela promoção de serviços públicos, seja por políticas de inserção, é um ponto que pode ser problematizado no contexto de *precarização* descrito neste tópico.

¹⁰ Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas por uma equipe de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período de dezembro de 1980 a fevereiro de 1981.

3. CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA: IMPLICAÇÕES ASSOCIATIVAS

Qual é a importância da *solidariedade* para o processo de construção de ações públicas? Como construir solidariedades em contextos de *precarização social*? As respostas para essas questões estão diretamente ligadas às formas de abordagem empírica dada ao fenômeno estudado, já que ele pode ser pensado tanto em termos de condicionantes fundamentais na construção de causas e símbolos coletivos quanto em termos de contextos propícios à inserção de porta-vozes que se colocam na posição de representantes de causas coletivas¹¹.

Mesmo que o contexto de *precarização*, na periferia da cidade de São Luís, colocasse muitos indivíduos em situação semelhante – de ausência de serviços públicos e condições mínimas de vida –, era necessário um elemento identitário capaz de canalizar diferentes forças em uma única causa. Em outras palavras, não eram apenas as condições semelhantes diante do modo produtivo que gerariam algum tipo de *consciência*, visto que havia sinais de competição entre a própria população precarizada.

Uma alternativa explicativa para a formação de grupos de reivindicação e contestação poderia ser elaborada com base em estudos de engajamento e militanismo. Nessa perspectiva, o fenômeno social não se sustentaria unicamente pela ausência de serviços urbanos ou condições mínimas de vida, mas também pelo trabalho social dos agentes, que fazem de suas classificações e institucionalizações sobre a questão um tipo de força motriz de afirmação de suas atividades (LENOIR, 1998).

Por essa vertente, as estruturas associativas e de solidariedades seriam estimuladas pelas atividades de intermediários culturalmente favorecidos, que desempenhariam a função de “porta-vozes”. Esse viés busca analisar as propriedades sociais (origens sociais, investimentos escolares e profissionais e conjunto de recursos detidos) e, sobretudo, aperfeiçoar a compreensão de tais porta-vozes no que diz respeito à intermediação (negociações) e ativação de trunfos adquiridos e sua objetivação na questão reivindicada. A necessidade de compreensão desses agentes advém de suas capacidades de fazerem reconhecer os princípios de *di-visão* do mundo social e das palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao organizarem grupos e, desse modo, uma ordem social (BOURDIEU, 2002, 185-186).

¹¹ Nesse segundo caso, estariam em jogo vários estudos de uma Sociologia do engajamento político, que valoriza os condicionantes sociais influentes na inserção de diferentes agentes em causas coletivas.

Em perspectiva próxima, Pereira (2011) percebe que a construção de um movimento de reivindicação por habitação esteve vinculada a uma forte inserção de especialistas oriundos de diversos domínios sociais, dentre os quais se destacaram advogados, padres, jornalistas, professores e políticos. Sem desconsiderar os contextos de ditadura militar, expansão urbana e campanhas da fraternidade voltadas para a defesa da família e dos direitos, o autor focaliza as contribuições de cada especialista e das estruturas de mobilização às quais se vinculavam. Dessa forma, demonstra como as estruturas da igreja, da universidade e de outras organizações serviam de suporte para a organização popular. Concomitante a isso, demonstra a relação entre repertórios individuais e coletivos mobilizados nas ações de reivindicação.

Uma alternativa de análise pode ser construída por meio de uma perspectiva durkheimiana. Nesse sentido, o aspecto principal recairia sobre os processos de “solidariedade” relacionados à divisão do trabalho social, fundamental para a existência de um grupo de reivindicação. Por meio desse viés, seriam priorizados os processos de organização em relação à interdependência dos papéis dos agentes e às normas e sanções fundamentais para uma ideia de identidade de grupo.

Em abordagem próxima, destacamos o trabalho de Gonçalves (2009), uma etnografia realizada sobre empreendimentos da Agência de Desenvolvimento Social do estado do Ceará. Nesse estudo, a pesquisadora percebeu que “um dos conceitos centrais articulados ao campo da economia solidária é o de *solidariedade*”, que ela utilizou em sua pesquisa com inspiração nas formulações de Émile Durkheim. Em tal etnografia, a autora identificou “laços profundos de solidariedade” e uma compreensão profunda do sentido da economia solidária e de seu papel no desenvolvimento local, na geração de renda, na melhoria das condições de vida das pessoas mais pobres e na gestação de novas formas de sociabilidade fundadas em valores solidários e em uma nova ética (IDEM, 2009).

No caso da COPSOL, Gonçalves (2009) percebe que a constituição da cooperativa esteve associada às lutas sociais dos moradores, pois surgiu por meio de relações sociais tecidas na comunidade e através da reivindicação dos moradores por uma vida mais digna. Para a autora, os laços de solidariedade e reciprocidade nem sempre concatenam os interesses individuais dos sócios da cooperativa e os valores solidários. Dessa forma, a percepção política, social e cultural de tais empreendimentos seria fragilizada e distanciada de uma proposta de mudança de modelo produtivo.

Para uma análise a respeito das implicações de processos associativos em contextos de precariedade, o estudo de Gonçalves (2009) é fundamental, na medida em que retoma questões clássicas da Sociologia, a saber: a relação sociedade - indivíduo, ou melhor, a

distinção entre interesses individuais e coletivos e como eles são relacionados a uma ideia de identidade de grupo. Nesse sentido, poderíamos também imaginar: seria mais provável um morador grilar um terreno e obter benefícios próprios em menor tempo, investir em mobilizações coletivas em prol do conjunto ou investir em mobilizações coletivas com vistas a retribuições individuais?

Pensar a relação de interdependência, seja por similitude, seja por diferença, relacionada a uma ideia de grupo e à construção de um projeto político, parece ser um ponto crucial na formação de um movimento reivindicatório e, por consequência, nos processos de construção de ações públicas. É possível perceber essa relação no processo de construção de um movimento de reivindicação por moradia em São Luís/MA, através do relato de um dos porta-vozes envolvidos, como destacado no trecho a seguir:

Um erro que se cometeu, foi a questão de só se trabalhar a questão econômica do pessoal. Você esquece-se de trabalhar as relações de liderança. A questão de um projeto político. De um projeto onde não é eu ter só a minha casa, eu preciso de um projeto político em que eu tenha minha casa, tenha educação, tenha um bairro sadio. Veja o que é o João de Deus hoje, o São Bernardo, o Coroadinho. É, vamos dizer, um celeiro, um canteiro de produzir marginalidade, na linguagem, não sei se a linguagem é essa, pra produzir essas pessoas que usam maconha, assaltantes. Porque nós não trabalhamos essa questão que não é só ter a casa, é botar o pessoal para morar lá e a discussão das relações ali, do bairro. A questão da casa, da água, da praça, da escola, quer dizer, você começar a ocupar assim que nem espaço para lazer você deixa. Entendeu? [...] Então, houve essa questão, hoje que se eu voltasse, trabalharia de outro jeito. Continuaría apoiando a ocupação. Não sou contra ocupação. Muito importante também é que muitas áreas eram áreas de imobiliárias. Então você ocupou espaço onde tinha essa questão da especulação, da especulação aqui na ilha. Mas também não conseguimos trabalhar a questão das pessoas que aproveitaram do momento pra ter casa para vender. Se você for hoje no João de Deus, não é todos, mas 60% do pessoal que lutou não moram lá não. (Francisco das Chagas Pereira, entrevista realizada em 03/03/2010).

Através de seu depoimento, o padre Francisco das Chagas¹² assinala que tão importante quanto à obtenção de casas é a produção de um projeto político que auxilie as relações sociais e a produção de lideranças no bairro. Por esse motivo, ele destacou a necessidade de um trabalho de conscientização das pessoas que ultrapasse a obtenção de recursos materiais. A preocupação desse militante engajado nos setores progressistas da igreja não pode ser dissociada da questão da construção de uma identidade de grupo em detrimento da valorização de interesses individuais. Nesse sentido, a inserção das populações fragilizadas

¹² Francisco das Chagas Pereira nasceu em novembro de 1959 na cidade de São Bernardo. Na adolescência, mudou-se para São Luís-MA onde estudou e participou das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Em 1982, ingressou no Centro de Teologia do Maranhão (CETEMA), onde obteve a graduação em Teologia. A trajetória de vida desse agente esteve relacionada à atuação das CEBs nas áreas de conflito por terrenos e moradia em São Luís-MA.

economicamente no âmbito do mercado de consumo de bens relacionados à habitação, apesar de ser fruto de uma mobilização, não significou a obtenção de uma mentalidade cidadã¹³.

Assim, considerando tanto a perspectiva focada nos porta-vozes quanto a que privilegia a compreensão dos laços de solidariedade e reciprocidade entre os agentes, podemos dizer que os caminhos se complementam em uma interpretação sobre formas associativas em contextos de *precarização* e individualização social.

4. MOBILIZAÇÕES: AÇÕES PÚBLICAS, DIFERENÇAS E DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Uma forma de analisar as formações associativas, independentemente das motivações preponderantes, seria através de práticas concretas, tais como reuniões, passeatas, acampamentos etc. Por meio de tal análise, seria possível identificar lideranças e perceber tipos de organizações e outros aspectos que ocasionam visibilidade e institucionalização das questões reivindicadas. Neste tópico, tentaremos elencar esses pontos em relação às manifestações em torno do “problema da moradia” em São Luís-MA.

As primeiras observações, realizadas em campo, nos permitiram perceber que, sob a “bandeira de luta da moradia”, articulavam-se agentes vinculados a diversas organizações, como partidos políticos, igrejas, sindicatos e as próprias elites locais. A articulação dessas organizações, que muitas vezes foi generalizada através da ideia de *frente de luta*, apresenta-se bastante heterogênea, contrariando qualquer análise simplista. Esse termo homogeneizador pode ser analisado tanto em função do contexto ditatorial quanto em relação aos agentes envolvidos, isto é, como palavra de ordem ou *ideia força* dotada de potencial de mobilização, que sinaliza o uso de determinados capitais políticos¹⁴ para conferir unidade e/ou visibilidade para articulações feitas por diferentes agentes.

Para termos noção dessa heterogeneidade de agentes envolvidos, em pesquisa preliminar nos arquivos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS, notamos que, em documentos referentes à descrição do IV Encontro Nacional de Palafitados e Favelados do Brasil em São Luís/MA, realizado de 13 a 15 de julho de 1984, houve a participação de agentes de diferentes espaços, atuações e especializações. Estiveram presentes médicos,

¹³ Compreendendo a noção de cidadania com base nas ideias de conquista de direitos civis, políticos e sociais, conforme defende Marshall (1967)

¹⁴ É uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhes são conferidos (BOURDIEU, 2002, p.187-188).

engenheiros, universitários, jornalistas, vereadores, deputados, sindicalistas, professores e padres, representando as mais diversas organizações, como: partidos políticos (PCB e PMDB); organizações sindicais (Central Única dos Trabalhadores-CUT); comissões das Pastorais da Terra e da Juventude, ligadas a determinados seguimentos da Igreja Católica; associações de bairro; Centro de Cultura Negra-CCN; União Nacional dos Estudantes – UNE; Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDDH. Os principais temas debatidos foram o direito à moradia, o cumprimento do usucapião especial, o título definitivo de propriedade do solo e a intervenção do Banco Nacional de Habitação nas áreas palafitadas.

O trânsito e a participação desses agentes em ações referentes a reivindicações pela moradia sinalizam certa fluidez das ações políticas, constituídas através da interação com profissionais e especialistas de diversos ambientes. Essa heterogeneidade pareceu ser característica fundamental e necessária para a própria existência do movimento de reivindicação por moradia, ou seja, para a garantia de diferentes tipos de recursos, desde assistências jurídicas até espaço em capela e igrejas para a realização de reuniões.

Nesse sentido, foi possível destacar dois aspectos: primeiro, que o nível de especialização caracteriza tal “movimento de reivindicação” pela interdependência entre agentes, já que as diferentes especializações garantiam a mobilização de diversos capitais e recursos fundamentais para existência das manifestações públicas e para o “movimento de reivindicação”; segundo, que os agentes oriundos de diferentes domínios sociais, ocupavam posições representativas nas organizações das quais faziam parte, implicando que possuíam característica de liderança.

É importante salientar que, ao atentarmos para a cronologia histórica do movimento de reivindicação, percebermos que as articulações ganharam fôlego no final da década de 1970 e início de 1980, contexto que é caracterizado como período de distensão ou redemocratização, conhecido como momento de transição para o período “democrático”. Exemplo disso é que, com incentivo de setores da igreja, como a Cáritas, e da Federação de Órgãos da Assistência Social (FASE), foram criadas as primeiras Associações de Palafitados nos Bairros da Floresta e Liberdade em julho de 1980 (LUZ, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determo-nos sobre o estudo das ações públicas, das solidariedades e da construção de uma causa (moradia) em São Luís-MA, levou-nos a um debate epistemológico que toca uma

questão fundamental das Ciências Sociais em geral: a relação entre sociedade e indivíduo. Nesse sentido, nossas observações demonstraram que, se por um lado as ações públicas necessitavam de solidariedade e de um tipo de divisão social do trabalho, por outro, as contribuições individuais expressavam a existência de “porta-vozes” provenientes de vários domínios sociais.

Em termos metodológicos, esse esforço de apreensão por meio da análise das ações coletivas e individuais exigiu um tipo de abordagem focado em variáveis históricas e organizacionais, bem como relacionadas aos capitais de cada agente.

Nesse sentido, o contexto histórico pode fornecer condicionantes macro- estruturais importantes na explicação da estruturação do problema social. Em outro nível de análise, tentamos refletir sobre as implicações de tais condicionantes na sociabilidade dos cidadãos e, por fim, demonstrar, por meio de um exemplo de ação social, manifestações de um tipo de solidariedade que, embora fosse afirmado pela homogeneidade através da denominação “frentes de luta”, organizacionalmente, se mantinha pela interdependência entre diferentes especialistas e “porta-vozes” oriundos de vários domínios sociais.

Buscamos demonstrar a importância da discussão em torno de perspectivas que se debruçam sobre a ideia de mobilizações sociais construídas coletivamente para a análise de “empreendimentos” sociais que almejam objetivos comuns. Dessa forma, pretendemos contribuir com o debate sobre políticas públicas e ações sociais, buscando instigá-la com terminologias da Sociologia clássica de Émile Durkheim e sua releitura, focada nos porta-vozes, desenvolvida por Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998

COSTA, Yuri Michael Pereira. **A outra justiça: a violência da multidão representada nos jornais**. 1. ed. São Luís: Edufma, 2008c. v. 1. 238 p.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**, vol. I. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 10º ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro). 2v.

LAVILLE, FRANÇA FILHO et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GONÇALVES, A. **Experiências em economia solidária**. Campinas: Editora do CMU/UNICAMP, 2009.

GISTERLINCK, Francis. **Carajás Usinas e Favelas**. São Luís, Gráfica Minerva, 1988.

LENOIR, Remi. **Objeto Sociológico e Problema Social**. In: CHAMPAGNE, P. LENOIR, R. MERLLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1998. p. 59 - 106.

MOTA, Antonia da Silva, **Coroadinho São Luís 1990** (Monografia de conclusão da graduação em História – UFMA).

PEREIRA, J. M. **Engajamento militante e a ‘luta pela moradia em São Luís’ entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, **A Questão Urbana e a Organização Popular em São Luís**, São Luís, Comissão Justiça e Paz, 1990.

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por Moradia e Expansão do Espaço Urbano na cidade de São Luís**. 2004. Dissertação de Mestrado defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão.

T. H. Marshall. **O modelo de cidadania: Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. **Apresentação**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, dez. 2010.